

STJ00096496

Marcus Lívio Gomes

Extinção do Crédito Tributário



livraria//
DO ADVOGADO
//*editora*

Porto Alegre, 2013

© Marcus Lívio Gomes, 2013

Capa, projeto gráfico e diagramação
Livraria do Advogado Editora

Revisão
Rosane Marques Borba

Direitos desta edição reservados por
Livraria do Advogado Editora Ltda.
Rua Riachuelo, 1300
90010-273 Porto Alegre RS
Fone/fax: 0800-51-7522
editora@livrariadoadvogado.com.br
www.doadvogado.com.br

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Apresentação – Regina Helena Costa	21
1. Crédito tributário	23
1.1. Introdução.....	23
1.2. Crédito tributário.....	24
1.3. Extinção da obrigação acessória.....	28
1.4. Modalidades de extinção do crédito tributário.....	29
2. Pagamento	33
2.1. Pagamento.....	33
2.2. A conversão de depósito em renda.....	33
2.3. O pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do artigo 150 e seus §§ 1º e 4º.....	35
2.4. Imposição de penalidades.....	36
2.5. Prova do pagamento.....	40
2.6. Lugar do pagamento.....	41
2.7. Prazo de pagamento.....	42
2.8. Juros de mora.....	44
2.9. Taxa de juros.....	45
2.10. Processo de consulta.....	50
2.11. Forma do pagamento.....	51
2.12. Imputação do pagamento.....	51
2.13. Pagamento em consignação.....	54
3. Pagamento indevido	61
3.1. <i>Solve et repete</i>	61
3.2. Restituição do indébito tributário.....	61
3.3. Modalidades de repetição do indébito.....	62
3.4. Natureza jurídica da obrigação de restituir.....	64
3.5. Sujeitos da repetição do indébito.....	64
3.6. Causas da repetição do indébito.....	66
3.7. Aspectos formais e processuais da repetição do indébito.....	67
3.8. Pagamento de tributo acolhido pela decadência ou prescrição.....	67
3.9. Análise dos incisos do artigo 165.....	68

3.10. Restituição de tributos indiretos e a repercussão econômica e jurídica.....	69
3.11. Repercussão econômica e compensação de créditos escriturais.....	74
3.12. Objeto da restituição.....	75
3.13. Juros de mora.....	76
3.14. Prazo na repetição do indébito.....	77
3.15. Forma de contagem do prazo para repetir nos tributos lançados por homologação.....	78
3.16. Forma de contagem do prazo para repetir nos tributos lançados por homologação com declaração de inconstitucionalidade.....	88
3.17. Ação anulatória de decisão administrativa denegatória de restituição.....	88
3.18. Forma de contagem do prazo para repetir nos tributos retidos na fonte.....	91
4. Compensação.....	93
4.1. Natureza jurídica e aplicabilidade da compensação.....	93
4.2. Evolução legislativa aplicável ao âmbito federal.....	95
4.3. A compensação no Direito Tributário.....	99
4.4. A compensação de crédito de um contribuinte com débito de outro na legislação federal.....	99
4.5. A manifestação de inconformidade na legislação federal.....	100
4.6. Manifestação de inconformidade pendente de apreciação quando da entrada em vigor da Medida Provisória nº 135/03 na legislação federal.....	102
4.7. Declaração de Compensação (DCOMP) como confissão de dívida na legislação federal.....	103
4.8. Compensação com créditos decorrentes de decisão judicial não transitada em julgado na legislação federal.....	104
4.9. Prazo prescricional para cobrança do crédito tributário declarado pelo sujeito passivo mediante a entrega da DCOMP na legislação federal.....	105
4.10. Modalidades de compensação na legislação federal.....	107
4.11. Restrições à compensação.....	117
5. Demais modalidades de extinção do crédito tributário.....	119
5.1. Transação.....	119
5.2. Remissão.....	120
5.3. Decadência.....	123
5.3.1. Distinção entre decadência e prescrição.....	123
5.3.2. Suspensão da exigibilidade e suspensão do prazo de decadência.....	125
5.3.3. Declarações de dívida e prazos de decadência e prescrição.....	127
5.3.4. Contagem dos prazos.....	129
5.4. Prescrição.....	135
5.4.1. Reconhecimento da prescrição de ofício no Direito Tributário.....	136
5.4.2. Fluência e suspensão do prazo prescricional.....	138
5.4.3. Suspensão da execução fiscal e a prescrição intercorrente.....	142
5.4.4. Redirecionamento da execução fiscal e a prescrição intercorrente.....	145
5.4.5. Inscrição em dívida ativa e prazo de prescrição.....	146
5.4.6. Hipóteses de interrupção da prescrição.....	147

5.5. A decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória.....	150
5.6. A decisão judicial passada em julgado.....	152
5.7. Dação em pagamento.....	153
6. Conclusão.....	156
Bibliografia.....	158